ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL

CADERNO DE ENCARGOS

Proc. 070/102/604

Ajuste Direto n.º010/AHP-ADT/2021

"Prestação de serviços: Assessoria especializada para Elaboração das Recomendações Técnicas e Acompanhamento das Soluções propostas para organização e fornecimento de : Mobiliário Urbano, Recolha selectiva de lixos, infraestruturas (água, luz, telecomunicações e iluminação pública) para implementação na Rede de Aldeias Históricas de Portugal"

Nos termos do Artigos 115.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP).

ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL

ÍNDICE

CLÁUSULA GERAIS 4
PARTE I 4
CLÁUSULAS JURÍDICAS 4
Objecto do procedimento 4
Cláusula 2ª 4
Contrato e sua Modificação Objetiva 4
Cláusula 3ª 6
Prazo 6
Preço Base 6
Obrigações principais do prestador de serviços 7
Dever de sigilo e Proteção de Dados Pessoais 8
Cláusula 6.ª 8
Objecto do dever de sigilo e da Proteção de Dados Pessoais 8
Cláusula 7.ª 10
Prazo do dever de sigilo 10
Cláusula 8.ª 10
Direitos de propriedade intelectual e/ou industrial 10
Preço Contratual e dispensa de caução 11
Penalidades contratuais 12
Força maior 13
Resolução por parte da Entidade Adjudicante 14
Resolução por parte do Adjudicatário 14
Poderes da Entidade Adjudicante, Fiscalização e Gestor do Contrato 15
Subcontratação e cessão da posição contratual 15
Foro Competente 16
Comunicações e notificações 16
Contagem de prazos 16
Legislação Aplicável 17
Classificação orçamental 17

PARTE II 18
CLÁUSULAS TÉCNICAS 18
CAPÍTULO I 18
SERVIÇOS A FORNECER 18
Cláusula n.º 1 18
Enquadramento 18
Cláusula n.º 2 19
Objeto de contratação 19
Cláusula n.º 3 21
Local de Execução 21
Cláusula n.º 4 21
Metodologia de Trabalho e Cronograma 21
Cláusula n.º 5 21
Aspetos a considerar na proposta e na execução dos trabalhos 21

CLÁUSULA GERAIS

PARTE I
CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I

Disposições Gerais

Cláusula 1.ª

Objecto do procedimento

- O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas, técnicas e económicas relativas à **Prestação de serviços: Assessoria especializada para Elaboração das Recomendações Técnicas e Acompanhamento das Soluções propostas para organização e fornecimento de: Mobiliário Urbano, Recolha selectiva de lixos, infraestruturas (água,luz, telecomunicações e iluminação pública) para implementação na Rede de Aldeias Históricas de Portugal** , a realizar ao abrigo do Projeto Âncora – Experimentação", ao abrigo do Aviso N.º CENTRO-28-2018-18 "Projetos Âncora para a concretização da EEC Aldeias Históricas de Portugal", a qual constitui-se como uma iniciativa que visa contribuir para a corporização do projeto âncora "Experimentação", nomeadamente fornecendo instrumentos que habilitem a Associação, os Municípios e os agentes privados a intervir de forma concertada e convergente com os valores patrimoniais, a fim de se obter uma reabilitação e valorização cabal das 12 Aldeias Históricas de Portugal.

  .

Cláusula 2ª

Contrato e sua Modificação Objetiva

1. O contrato a celebrar é composto pelo definido no presente Caderno de Encargos, respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente param a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

c) O presente Caderno de Encargos;

d) A proposta adjudicatária;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no nº 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

5. Respeitando os limites previstos no artigo 313.º do CCP, o contrato poderá ser modificado, para além dos fundamentos previstos no Código dos Contratos Públicos, nos seguintes casos:

   a) Alteração da política e identidade das Aldeias Históricas de Portugal;

   b) Alteração do Plano de Ação da Estratégia de Eficiência Coletiva (EEC), PROVERE Aldeias Históricas de Portugal, aprovada no âmbito do Centro2020, Portugal2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER);

   c) Alteração do “Projeto Âncora - Experimentação” em que se integra o objeto do contrato;

   d) Não elegibilidade das despesas inerentes às prestações contratuais e/ou alteração do financiamento respetivo (mesmo que não anormal e previsível);

   e) Alteração da situação de pandemia da COVID-19 (nomeadamente seu agravamento ou imposição oficial de novas medidas sanitárias, pelas autoridades mundiais, europeias ou nacionais).

6. O risco da execução do contrato é do cocontratante, pelo que, nos casos previstos no ponto anterior, uma eventual compensação pela modificação objetivo do contrato será realizada, sempre que possível, através da prorrogação do prazo de execução das prestações ou de vigência do contrato, mantendo-se as demais condições, designadamente financeiras.

Cláusula 3ª

Prazo

1. O prazo estimado para a conclusão do fornecimento e serviços objeto do presente procedimento é de 5 meses, salvo prorrogação expressamente admitida pela Entidade Adjudicante.
2. Assim, o prazo começa a contar a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser suspenso nos termos legais (nomeadamente em casos de força maior ou de medidas de obrigação de confinamento, proibição de circulação entre concelhos ou outras que têm sido tomadas pelas autoridades nacionais em virtude da Pandemia da doença COVID-19), bem como prorrogado e/ou modificado, nos termos da lei, mantendo-se em vigor até ao cumprimento de todas as obrigações objeto do contrato, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
3. Em caso do disposto no número anterior, em regra, mantêm-se as demais condições contratuais, designadamente financeiras.

Cláusula 4.ª

Preço Base

a. O montante máximo (preço base) que a entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução do contrato (incluindo eventuais renovações e prorrogações de prazo) é de 14.000,00€ (catorze mil e euros), acrescido de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) à taxa legal em vigor, o qual limita o preço contratual a propor;

b. O valor do preço base foi definido considerando-se certas contratações análogas pesquisadas na plataforma Base Gov, ajustado à realidade da entidade adjudicante.

c. O montante acima referido inclui deslocações e a alocação dos recursos necessários para o fornecimento em pleno da prestação de serviços.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 5.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o adjudicatário as seguintes obrigações:
   a) Obrigação de entrega de todos os bens e prestar os serviços nos termos especificados nas Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos no prazo estabelecido;
   b) Obrigação de garantia de todos os bens fornecidos;
   c) Reunir com a Associação, com periodicidade mensal, em data a acordar pelas partes, preferencialmente via *on-line*;
   d) A transferência da propriedade dos bens, objeto do procedimento;
   e) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
   f) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
   g) Realizar todas as tarefas solicitadas pela entidade adjudicante e abrangidas pelo contrato a celebrar, com a diligência e qualidade requeridas pelo tipo de trabalho em causa mesmo que para tal tenha de recorrer aos meios humanos, materiais e informáticos que entenda necessários e adequados ao fornecimento dos bens e à prestação dos serviços e à completa execução das tarefas ao seu cargo;
   h) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de execução do contrato, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
   i) Manter atualizados todos os documentos de habilitação, entregando-os à Associação;
   j) Manter o sigilo e garantir a confidencialidade;
   k) Cumprir todas as obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e respetiva legislação;

l) Comunicar atempadamente e em tempo útil toda e qualquer informação ou facto que possa interferir com o bom, pontual e integral cumprimento do contrato.

2. O adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das prestações contratuais a que está obrigado;
3. O Adjudicatário deve emitir faturas nos termos legais, tendo em conta, se for o caso, o previsto no Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro e respetivas alterações.

Dever de sigilo e Proteção de Dados Pessoais

Cláusula 6.ª

Objecto do dever de sigilo e da Proteção de Dados Pessoais

1. Para além do disposto no artigo 290.º do CCP, o Fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa às Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico ou às entidades, públicas e/ou privadas, que com esta se relacionem, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo Adjudicatário ou a que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido das entidades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicado é obrigado a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (RGPD).
5. O adjudicado assume, designadamente, as seguintes obrigações relativas à proteção de dados pessoais:
    a) Tratar os dados pessoais nos termos exigidos no RGPD e apenas mediante instruções documentadas da Entidade Adjudicante;
    b) Adotar todas as medidas exigidas nos termos do artigo 32.º do RGPD;

c) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;

d) Garantir o integral cumprimento do RGPD e respetiva legislação, bem como as condições aqui previstas, quando pretenda subcontratar (nos termos legais e se aplicável);

e) Ter em conta a natureza do tratamento, e na medida do possível, prestar assistência à Entidade Adjudicante quanto aos pedidos dos titulares dos dados formulados no exercício dos direitos previstos no capítulo III do RGPD;

f) Prestar assistência à Entidade Adjudicante no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações previstas nos artigos 32.º a 36.º do RGPD, tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao seu dispor;

g) Consoante a escolha da Entidade Adjudicante, apagar ou devolver-lhe todos os dados pessoais depois de concluído o contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do Direito da União ou dos Estados-Membros;

h) Disponibilizar à Entidade Adjudicante todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na presente cláusula e no RGPD, facilitando e contribuindo para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pela Entidade Adjudicante ou por outro auditor por esta mandatado, ou pelas entidades públicas competentes.

6. A Entidade Adjudicante, no caso de suspeitar da verificação de algum incumprimento do RGPD, deve notificar o Adjudicatário para este, no prazo de 5 dias, demonstrar o total cumprimento do referido Regulamento.
7. Caso o Adjudicatário não demonstre o total cumprimento do RGPD, seja porque não o demonstrou, seja porque não o cumpre, a Entidade Adjudicante fica autorizada a proceder à auditoria aos sistemas de informação do Adjudicatário, ficando este responsável por todos os custos dessa auditoria.
8. No caso previsto no número anterior, a Entidade Adjudicante poderá compensar os custos que tenha suportado com eventuais quantias que sejam devidas ao Adjudicatário, ou através do acionamento da caução prestada.
9. No caso de se verificar algum incumprimento do RGPD por parte do Adjudicatário, este deverá, no prazo de 10 dias, por fim ao incumprimento e demonstrá-lo à Entidade Adjudicante.

10. Caso o Adjudicatário não cumpra o RGPD, impeça ou não colabore na realização das auditorias, inspeções ou fiscalizações referidas no n.º 5 da alínea h) e n.º 7 da presente cláusula, a Entidade Adjudicante poderá resolver o contrato, por incumprimento muito grave do Adjudicatário.

Cláusula 7.ª
Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à protecção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8.ª
Direitos de propriedade intelectual e/ou industrial

1. O Adjudicatário é responsável pelo cumprimento e respeito pelos direitos de propriedade inteletual e/ou industrial no âmbito da prestação do objeto do contrato a celebrar, devendo suportar todos os custos ou encargos decorrentes do fornecimento e utilização de marcas registadas, patentes, licenças ou dados estatísticos e informativos.
2. Caso a entidade adjudicante seja responsabilizada pela violação de direitos de propriedade intelectual e/ou industrial no âmbito da execução do contrato e, nesse contexto, lhe venha a ser exigido o pagamento de qualquer valor, seja a título de indemnização, penalidade, coima, multa ou qualquer outro, o adjudicatário, quando seja culposamente responsável pelas causas que originarem aquele pagamento pela entidade adjudicante, obriga-se a indemnizar integralmente a entidade adjudicante por todos os danos sofridos e despesas incorridas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da interpelação para esse efeito;
3. O resultado decorrente da execução do contrato é propriedade da Aldeias Históricas de Portugal – Associação Desenvolvimento Turístico e todos os conteúdos deverão ser entregues a esta, não podendo, em momento algum, a entidade adjudicatária reclamar créditos pela sua prestação ao abrigo deste procedimento.

Secção II

Obrigações das Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico

Cláusula 9ª.

Relacionamento com entidades terceiras

1. Em data posterior à adjudicação e anterior ao início dos trabalhos, a entidade adjudicante deve promover uma reunião com participação do adjudicatário e da Direção regional da Cultura do Centro (DRCC), sem prejuízo de outras entidades indicadas por estes.
2. Para efeitos do número anterior, podem ser objeto de convocação, nomeadamente representantes de outras entidades que, de alguma forma, tenham intervenção no "Projeto Âncora – Experimentação", ao abrigo do Aviso N.º CENTRO-28-2018-18 "Projetos Âncora para a concretização da EEC Aldeias Históricas de Portugal".
3. A reunião prevista tem como objeto, designadamente, a apresentação dos propósitos e do plano de trabalhos do adjudicatário, bem como a necessária articulação tendo em vista a validação, em tempo, dos documentos resultantes dos trabalhos a promover pelo cocontratante e a calendarização de reuniões futuras entre as várias entidades em causa.

Cláusula 10.ª

Preço Contratual e dispensa de caução

1. Pela prestação dos serviços objeto do presente contrato, incluindo eventuais modificações nos termos dos artigos 311.º e ss do CCP, renovações ou prorrogações do prazo nos termos do artigo 97.º do CCP, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o qual não poderá ser superior ao valor base referido na cláusula 4.ª do presente Caderno de Encargos.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.
3. O preço contratual adjudicado manter-se-á inalterado durante toda a sua vigência.
4. Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP é dispensada a prestação de caução.

Cláusula 11.ª

Condições de pagamento

1. O pagamento do preço contratual, definido na cláusula anterior, será efetuado da seguinte forma, mediante apresentação das correspondentes faturas e respetivas evidências do trabalho efectuado por parte do Adjudicatário:
    a) Aquando da apresentação da metodologia de trabalho: 20%;
    b) Aquando da apresentação das Recomendações Técnicas (Dossier Técnico) para cada área e respectivas orientações concursais caso necessário - 40%;
    c) Aquando da apresentação do trabalho e relatório final - 25%
    d) Aquando da validação por parte da entidade adjudicante: 15%
2. A condição referida na alínea d) do número anterior, determina o efeito suspensivo no pagamento em causa, até obtenção do parecer prévio e obrigatório da Direção Regional da Cultura do Centro (DRCC), o qual, não se verificando, num prazo até 20 (vinte) dias úteis após a entrega do disposto na alínea c), pelo cocontratante ao contraente público, implica o pagamento do valor remanescente em falta, após solicitação, por escrito, do cocontratante ao contraente público, nesse sentido.
3. O pagamento de qualquer valor por parte da Entidade Adjudicante só pode ser efetuado se o Adjudicatário emitir as faturas nos termos legalmente exigidos, conforme cláusula 5.ª, n.º 3 deste Caderno de Encargos, devendo, se for o caso, atender-se ao previsto no artigo 299.º-B do CCP (faturação eletrónica) e nos Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, e Decreto-Lei n.º 14-A/2020, de 7 de abril, que alteram o regime e prazos previstos no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.
4. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicado obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos n.ºs 1 e 2, as faturas são pagas através de transferência bancária para o NIB indicado pelo adjudicado.

Capítulo III
Incumprimento do contrato

Cláusula 12.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, as Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico, independentemente da interpelação a que haja lugar nos termos do artigo 325.º do CCP, pode exigir do prestador, conforme o disposto no artigo 329.º do CCP, o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento das obrigações previstas no Capitulo II, Secção I, será aplicada uma sanção que poderá ir até 30% do valor contratual;

b) Pelo incumprimento das restantes obrigações, será aplicada uma sanção que poderá ir até 20 % do valor contratual;

2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.
3. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
4. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização nos termos legais, designadamente por mora e incumprimento definitivo, previstas no Código Civil, tal como expressamente admitido no n.º 4 do artigo 325.º do CCP.

Cláusula 13.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade das partes, que elas não pudessem conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhes fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.ª

Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo do disposto nos artigos 325.º, 329.º e 333.º a 335.º do Código dos Contratos Públicos, bem como de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato no caso de o prestador de serviços violar, de forma grave e reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbe, nomeadamente no que tange a qualidade exigida e os prazos contratuais (total ou parciais), na execução dos serviços objeto do contrato.
2. O direito de resolução referido no número anterior terá de ser exercido através de declaração escrita enviada ao Adjudicatário, cessando de imediato qualquer obrigação da Entidade Adjudicante para com o Adjudicatário.

Cláusula 15.ª

Resolução por parte do Adjudicatário

1. O prestador de serviços pode resolver o contrato com os fundamentos de resolução previstos no artigo 332.º do CCP,
2. O direito de resolução é exercido por via judicial, exceto no caso seguinte.
3. Quando o fundamento da resolução consistir no incumprimento de uma obrigação pecuniária da Entidade Adjudicante há mais de seis meses ou o montante em dívida exceder 25% do preço contratual, excluindo juros, o direito de resolução é exercido mediante declaração escrita enviada à Entidade Adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se esta cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato faz cessar todas as obrigações decorrentes do contrato, com excepção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV

Conformação da relação contratual

Cláusula 16.ª

Poderes da Entidade Adjudicante, Fiscalização e Gestor do Contrato

1. Independentemente de todos os direitos e deveres decorrentes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante detém os poderes identificados no artigo 302.º do Código dos Contratos Públicos.
2. A Entidade Adjudicante dispõe, designadamente, do poder de direção e fiscalização do modo de execução do contrato, em especial no que tange a qualidade das prestações de serviços objeto do contrato, recusando-as e podendo determinar as necessárias correções.
3. As tarefas de fiscalização podem ser delegadas.
4. Nos termos do artigo 290.º-A do CCP, a Entidade Adjudicante designa como gestor do contrato a celebrar nos termos do presente Cadernos de Encargos, o seu funcionário Dalila Dias, cuja identificação constará do clausulado desse contrato, conforme artigo 96.º, n.º 1 alínea i) do CCP, e ao qual poderão ser delegados poderes para a adoção das medidas corretivas sempre que verifique desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, nos termos do disposto no artigo 290.º-A do CCP.

Cláusula 17.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo cocontratante e a cessão da posição contratual de ambos os contraentes, admitidas nos termos do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente nos artigos 316.º e seguintes, dependerá sempre da autorização expressa e escrita da Entidade Adjudicante.

Capítulo V
Resolução de litígios

Cláusula 18.ª

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI
Disposições finais

Cláusula 19.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser escritas e dirigidas, nos termos dos artigos 467.º e 468.º do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio, sede contratual ou endereço eletrónico de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, sob pena de se considerar notificada e/ou comunicada, na data identificada no artigo 469.º do CCP.

Cláusula 20.ª

Contagem de prazos

Os prazos previstos no contrato contam-se nos termos do artigo 471.º do CCP e são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 21.ª

Legislação Aplicável

O presente contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos, bem como pelas disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza do serviço a contratar, vigentes na legislação portuguesa.

Cláusula 22.ª

Classificação orçamental

a. O presente encargo encontra-se previsto no plano plurianual de investimentos 2019/2021, do Plano de Ação da Estratégia de Eficiência Coletiva (EEC), PROVERE Aldeias Históricas de Portugal, aprovada no âmbito do Centro2020, Portugal2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

b. A despesa é parte integrante do "Projeto Âncora – Experimentação" ao abrigo do Aviso N.º CENTRO-28-2018-18 "Projetos Âncora para a concretização da EEC Aldeias Históricas de Portugal", financiada a 85% pelo fundo FEDER e 15% através dos municípios da Rede das AHP pela via da contrapartida pública nacional, inscrita no plano e orçamento 2021.

PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

CAPÍTULO I

SERVIÇOS A FORNECER

Cláusula n.º 1

Enquadramento

a) A Rede das Aldeias Históricas de Portugal é uma área destino que integra 12 Aldeias, a saber: Almeida e Castelo Mendo (Município de Almeida), Belmonte (Município de Belmonte), Linhares da Beira (Município de Celorico da Beira), Piódão (Município de Arganil), Idanha-a-Velha e Monsanto (Município de Idanha-a-Nova), Sortelha (Município de Sabugal), Marialva (Município de Mêda), Castelo Novo (Município de Fundão), Castelo Rodrigo (Município de Figueira de Castelo Rodrigo) e Trancoso (Município de Trancoso);

c. A iniciativa enquadra-se no Projeto Âncora – Experimentação", ao abrigo do Aviso N.º CENTRO-28-2018-18 "Projetos Âncora para a concretização da EEC Aldeias Históricas de Portugal", a qual constitui-se como uma iniciativa que visa contribuir para a corporização do projeto âncora "Experimentação", nomeadamente fornecendo instrumentos que habilitem a Associação, os Municípios e os agentes privados a intervir de forma concertada e convergente com os valores patrimoniais, a fim de se obter uma reabilitação e valorização cabal das 12 Aldeias Históricas de Portugal.

d. A Aldeias Históricas de Portugal no cumprimento do seu compromisso para com a sustentabilidade, introduziu no seu racional estratégico processos de certificação conducentes à categoria da Rede como destino turístico sustentável, através da implementação do referencial normativo internacional Biosphere©, situação que em 2018 culminou com a atribuição do certificado classificando as Aldeias Históricas de Portugal como o primeiro destino em rede – à escala mundial –, e o primeiro destino nacional a receber a certificação BIOSPHERE DESTINATION;

e. Na sequência do supra exposto, deve a entidade adjudicatária sempre que possível convergir para práticas que robusteçam o posicionamento da Rede enquanto destino turístico sustentável e território que promove o crescimento inteligente, inclusivo e sustentável, devendo, assim, no quadro de desenvolvimento do Guia, efetuar a seleção dos materiais e equipamentos que melhor concorram para a sustentabilidade;

f. Tratando-se de uma iniciativa que se apresenta como orientação para a intervenção no que à reabilitação, requalificação e qualificação das Aldeias históricas de Portugal diz respeito, torna-se imperativo que os outputs resultantes da presente prestação atendam a legislação nacional que regula o património classificado, a par dos demais instrumentos já desenvolvidos, em curso, da responsabilidade da entidade adjudicante e do seu colectivo de parceiros, nomeadamente de cariz estratégico e operacional os quais serão disponibilizados à entidade adjudicatária.

g. O objetivo do Objecto deste fornecimento de serviços especializado é constituir de forma objetiva e detalhada, um repositório de recomendações, procedimentos e comportamentos associados às melhores práticas de intervenção sobre o edificado e sobre o espaços públicos adaptadas a cada Aldeia Histórica, estabelecendo assim critérios, instruções sequenciais e práticas especificas, para minimizar as possíveis perdas de integridade e autenticidade nas 12 Aldeias Históricas, cuja informação visa declinar para normas e regulamentos dos municípios que integram a Rede AHP, a fim de se traduzirem em mecanismos legais e de vinculação no contetxo da intervenção, seja do domínio público, seja do privado. Sempre que possível, deve promover o envolvimento dos agentes económicos na procura e participação das soluções técnicas, visando-se a sensibilização de projectistas, designers, fabricantes de objetos e artefactos, entre outros.

Cláusula n.º 2

Objeto de contratação

Constituindo-se como objeto de contratação do presente caderno de encargos a **Prestação de serviços: Assessoria especializada para Elaboração das Recomendações Técnicas e Acompanhamento das Soluções propostas para organização e fornecimento de: Mobiliário Urbano, Recolha selectiva de lixos, infraestruturas (água,luz, telecomunicações e iluminação pública) para implementação na Rede de Aldeias Históricas de Portugal** deve a entidade adjudicatária considerar as seguintes ações:

1) Apoio na elaboração das recomendações técnicas nos seguimentos domínios:

    a) Mobiliário urbano (bancos, mesas, equipamentos de sombreamento artificial, cinzeiros exteriores, floreiras, etc.);

    b) Recolha selectiva de lixos: neste item devem ser considerados os respectivos equipamentos que melhor se coadunem com a trilogia: função/estética/sustentabilidade;

    c) Racionalização das redes de infraestruturas (água, luz, telecomunicações e iluminação pública).

2) No desenvolvimento das recomendações técnicas devem ter presente o princípio da praticidade, sustentabilidade, estética, inovação, relação custo/qualidade e, sempre que possível, com recursos a matérias-primas endógenas e ao aproveitamento do saber-fazer local;

3) Sempre que possível, participação nas ações de concertação com as entidades privadas com assento nas áreas dispostas nas alíneas de a) a c) dispostas no número 1, para efeitos de orientação da entidade adjudicante no que à negociação diz respeito, atendendo, inclusive, que as recomendações que deste procedimento irão resultar carecem ser articuladas com as entidades aí mencionadas, sob pena de se tornar impraticável a adoção das ditas recomendações. Como o já referido neste CE, é ainda determinante a auscultação da DRCC, procedimento a ser efectuado pela entidade adjudicante, que, de acordo com a posição que vier a ser assumida, importará desde logo contar com a colaboração da entidade adjudicatária para se produzir contra-argumentário, se necessário;

4) Pretende-se que o conjunto de recomendações técnicas integre um *dossier* técnico dedicado à reabilitação, requalificação e qualificação da Rede Aldeias Históricas de Portugal, assumindo-se, neste contexto, como um capítulo deste;

5) Para a definição das Recomendações Técnicas a entidade adjudicatária deve, para além dos princípios já enunciados, considerar ainda a valorização dos recursos endógenos regionais e locais e a criação de uma economia circular potenciadora das empresas de base e saber local;

6) Na sequência do ponto anterior, as ações devem ainda considerar as preocupações culturais trazidas pela novo projeto “New European Bauhaus(NEB) “, isto é, basear-se no

saber comunitário interligado com a arte, a ciência e a tecnologia. Sendo os pilares da NEB a beleza, a sustentabilidade e a inclusão, devem também os entregáveis resultantes dos concursos integrar estes três pilares.

Cláusula n.º 3

Local de Execução

A Rede Aldeias Históricas de Portugal é a área de intervenção do presente objeto de contratação, devendo, assim, ser definido um plano de trabalhos que, para além do habitual trabalho em gabinete, possa de igual modo promover visitas às Aldeias Históricas de Portugal;

Cláusula n.º 4

Metodologia de Trabalho e Cronograma

1- A entidade adjudicatária deve efetuar a apresentação de um plano de trabalhos, o qual deve reflectir a metodologia de trabalho e o respetivo cronograma, bem como os recursos humanos e técnicos.
2- O plano de trabalhos deve também incluir as visitas ao território, de forma a ser verificado o estado da arte actual relativo aos domínios definidos no ponto 1 da cláusula técnica n.º 2, com vista ao apuramento das necessidades e melhor adequação das soluções a integrar no Dossier Técnico , devendo, ainda, atender à necessidade de participar nas reuniões promovidas pela entidade adjudicante que integrem as diferentes entidades (públicas e privadas) com foco nas áreas de intervenção do objeto do presente contrato;
3- O desenvolvimento dos trabalhos deve ser monitorizado, de forma regular, pela equipa do Serviço de Urbanismo das Aldeias Históricas de Portugal através de reuniões semanais.

Cláusula n.º 5

Aspetos a considerar na proposta e na execução dos trabalhos

a) Para efeitos do trabalho objeto do presente procedimento, a entidade adjudicatária deve considerar todos os recursos necessários (materiais e humanos) e adequados à boa prestação do serviço.

b) A identidade da Aldeias Históricas de Portugal terá de estar presente em todos os entregáveis previstos, bem como a regra da publicitação dos apoios referentes ao Centro 2020, cujo manual pode ser extraído do link http://www.centro.portugal2020.pt/index.php/regras-de-comunicacao

c) Deve a entidade adjudicatária cumprir com o Regulamento Geral da Proteção de Dados (RGPD), se aplicável.

d) Todas as autorizações e licenças devem ser acauteladas, respeitando a legislação nacional e comunitária (se aplicável) em vigor;

e) Os entregáveis só serão considerados aprovados depois da validação da entidade adjudicante, cujo procedimento integra a necessidade de auscultação dos municípios que integram a Rede Aldeias Históricas de Portugal e a DRCC;

f) Todo o trabalho objecto da presente contratação deve obrigatoriamente respeitar a Estratégia definida para a Rede Aldeias Históricas de Portugal (em curso e a projectada até ao horizonte temporal 2030), nomeadamente o alinhamento com o Pacto Ecológico Europeu, Agenda 2030 e a Estratégia de Especialização Inteligente Nacional e Regional (Centro), cujo enquadramento caberá à entidade adjudicante realizar junto da entidade adjudicatária.

Belmonte, 06 de dezembro de 2021,

O Presidente da ADTAHP,

AMADEU PAULA NEVES

Assinado de forma digital por AMADEU PAULA NEVES
Dados: 2021.12.06 16:57:33 Z

Dr. Amadeu Paula Neves